



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
BRASÍLIA-IFB**

MAYZA ARAUJO GUEDELHA

CARTOGRAFIA DO “DI CUMÊ” DO MOLEQUE

Planaltina - DF
2024

MAYZA ARAUJO GUEDELHA

CARTOGRAFIA DO “DI CUMÊ” DO MOLEQUE

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de
Brasília - IFB, como parte das exigências
para a obtenção do grau de Tecnólogo em
Agroecologia.

Orientador: Dr. Vicente de Paulo Borges
Virgolino da Silva

MAYZA ARAUJO GUEDELHA

CARTOGRAFIA DO “DI CUMÊ” DO MOLEQUE

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de
Brasília - IFB, como parte das exigências
para a obtenção do grau de Tecnólogo em
Agroecologia.

Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva
Prof. Orientador

José Raimundo Ludovico de Sousa
Prof(a) Avaliador (a)

Natália Adriele Pereira de Sousa
Prof(a) Avaliador (a)

Planaltina-DF, 20/12/2024

CARTOGRAFIA DO “DI CUMÊ” DO MOLEQUE

Mayza Araujo Guedelha¹

Resumo

A pesquisa buscou entender e evidenciar as relações territoriais da comunidade inserida no Sítio Histórico Patrimônio Kalunga, Vão do Moleque, relacionando práticas e possibilidades do uso sustentável do Cerrado e sistemas agrícolas. Faz uso de teóricos da Agroecologia para discutir princípios e metodologias baseados no diálogo entre saberes populares e científicos. Para tanto, aplica ferramentas de Diagnósticos Rurais Participativos para conceber produtos a partir da caracterização de saberes e práticas produtivas, extrativistas e alimentares. A maioria delas lida com atividades agrícolas tradicionais, como produção de arroz, mandioca, farinha e criação de animais, além da extração de produtos do Cerrado. Os principais desafios e aspirações dessas famílias estão relacionados ao aumento da produção, à melhoria das condições de trabalho e ao acesso à água, que é um fator crítico para a continuidade de suas atividades e subsistência. Busca por melhorias nas condições de vida, mas também o desejo de fortalecer a produção agrícola de forma sustentável e em harmonia com o ambiente. Este contexto destaca a importância de políticas e investimentos que possam apoiar o desenvolvimento dessas comunidades, promovendo a segurança alimentar, o acesso a recursos básicos e a resiliência frente aos desafios socioambientais. O trabalho evidenciou que a Comunidade Quilombola Kalunga do Vão do Moleque acumulou um conhecimento tradicional de manejo dos bens naturais de forma resiliente e sustentável. A tomada de consciência desse sujeito coletivo de direitos no reconhecimento da titularidade do território, disputa também uma educação e tecnologias apropriadas à realidade dessa comunidade, como a ‘Educação do Campo’ e a ‘Agroecologia’.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola, Agroecologia, Diagnóstico Rural Participativo.

1 INTRODUÇÃO

O Quilombo Kalunga é o maior quilombo do Brasil, possuindo aproximadamente 44 comunidades distribuídas em 3 municípios do Goiás, sendo eles Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás e no estado do Tocantins, sendo distribuído entre os municípios de Arraias e Paranã. As comunidades estão inseridas no Sítio Histórico Patrimônio Kalunga, que foi criado e reconhecido em 21 de janeiro de 1991, pela Lei Estadual nº 11.409 através da qual a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás reconhece o valor histórico e cultural do Sítio Histórico Patrimônio Kalunga. O Sítio Histórico Patrimônio Kalunga, localizado no estado do Goiás, possui 261.827,3807 hectares distribuído nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, e é composto por cerca de 39 comunidades, que habitam em 4 macrorregiões (Vão de Almas, Vão de Moleque, Engenho e Ema/Diadema).

¹ Acadêmica do curso superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Brasília Campus Planaltina.
Email:

Compreendendo a importância do Quilombo Kalunga a presente pesquisa se volta às práticas alimentares e produtivas desses indivíduos, considerando como a Agroecologia é uma abordagem que se conecta com os saberes locais em vista de uma lógica de produção e consumo sustentáveis. Além disso, a perspectiva agroecológica pressupõe o reconhecimento das práticas agrícolas e alimentares enquanto elementos culturais que implicam numa forma específica de metabolismo que podemos denominar de socioecológico.

Dessa forma este estudo se situa no campo de estudos da Agroecologia em interface com a Educação do Campo e decolonialidade. A Agroecologia emergiu como campo de conhecimento com mais ênfase a partir meados do século XX, no entanto, enquanto prática, remonta aos primórdios da humanidade, estando fortemente vinculada ao que hoje denominamos de povos tradicionais e originários (Guhur; Silva, 2021). Nesse sentido, a Educação do Campo enquanto campo de valorização, luta por uma educação contextualizada para os povos rurais, tradicionais e originários, possui íntima relação com o debate agroecológico, uma vez que essa modalidade se liga aos pressupostos da agricultura familiar e economia solidária (Caldart, 2017).

A literatura recente tem evidenciado a preocupação com o desenvolvimento de práticas agroecológicas para combater de algum modo as mudanças climáticas. A Agroecologia vai ganhando espaço como uma forma de produção e relação com a natureza que envolve uma outra lógica econômica e social. Desse modo, os estudos recentes sobre Agroecologia tocam na questão da soberania alimentar como pressuposto básico para a dignidade humana (Paula; Bezerra; Paula, 2022; Stroparo, 2023).

Em outro campo os estudos sobre Agroecologia têm versado na questão de como as práticas dos povos tradicionais e originários são formas de produção agroecológicas e fomentam uma outra forma de relação do homem com a natureza (Andrade; Saraiva; Previero, 2023; Borges, 2024; Fonseca *et al.*, 2020). A agricultura, conectada com a valorização das práticas ancestrais, desenvolve uma forma específica de produção e nutrição e se relaciona com a própria formação da identidade comunitária (Karnopp; Quadros; Cadoná, 2023).

É a partir dessa conjuntura que a presente pesquisa se volta à análise dos povos tradicionais na perspectiva de caracterizar os saberes e práticas produtivas, a Agroecologia local, as práticas extrativistas e alimentares utilizadas pelo grupo social, e compreender os modos de pensar e agir que dão sustentação à comunidade, a partir de um processo de escuta e de conhecimento de lógicas que orientam e dão sentido às dimensões sensoriais, cognitivas e simbólicas dos sistemas produtivos agroalimentares.

Procuramos, para isso, identificar nomes locais, usos e origens das plantas, saberes e

práticas de preparação e uso dos alimentos. Relacionar histórias de vida das famílias, pessoas, e as redes de circulação. Sistematizamos ainda mapas mentais e incursões em áreas de coleta e roçados Kalunga no Vão do Moleque. Esses objetivos específicos possibilitaram uma análise mais aprofundada sobre as práticas produtivas que podemos definir como agroecológicas.

Este trabalho segue organizado em três sessões seguidas de uma conclusão. Na primeira, realizamos um levantamento teórico dos pressupostos da Agroecologia em interface com os povos tradicionais. Na segunda seção, descrevemos o percurso metodológico destacando as técnicas, materiais e formas de análise escolhidas. Na última seção, nos concentramos em apresentar os resultados da pesquisa em diálogo com pressupostos teóricos da Agroecologia. Por fim, na conclusão, realizamos uma síntese da pesquisa com os principais resultados e campos de pesquisa que ficaram em aberto.

1.1 Agroecologia: ciência, prática e movimento dos povos tradicionais

O atual modelo de agricultura é um dos principais impedimentos para que comunidades camponesas, tradicionais e povos originários possam praticar suas formas ancestrais de fazer agricultura e terem suas produções valorizadas, pois, como coloca Altieri (2004), novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido.

A partir da revolução verde, esse modelo de produção vem explorando desde os recursos naturais à segurança alimentar da sociedade, tornando a vida, em seu contexto total, insustentável. E, por não ter enfoque nesse tipo de sistema agrícola predatório que possui relação direta com o mercado, sistemas produtivos de base agroecológicas não recebem recursos financeiros para investir em insumos tecnológicos que tornem viável sua implantação nos territórios de comunidades camponesas (Candiotto, 2020).

A Agroecologia que emerge enquanto conceito no final do século XX não se restringe temporalmente à criação do termo. Agregando etimologicamente pressupostos da agronomia e ecologia, a Agroecologia se constitui em uma *práxis* que extrapola o desenvolvimento teórico e se materializa de forma vivencial a partir da relação do homem com a natureza numa perspectiva sustentável, no sentido de não se conectar com a lógica predatória do capital (Guhur; Silva, 2021).

Podemos compreender, então, que a Agroecologia é uma ciência que agrega

conhecimentos técnicos, saberes populares e tradicionais. Podemos afirmar que:

[...] a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (Caporal; Costabeber; Paulus, 2009, p. 17-18).

Nesse sentido, a Agroecologia é indissociável das práticas agrícolas e culturais dos povos tradicionais. É justamente a partir das formas como os povos originários e tradicionais desenvolveram sua lógica de produção que a Agroecologia nasce no sentido de garantia da soberania alimentar. A forma como esses povos selecionaram as plantas e animais próprios para o consumo, e como desenvolvem a sua produção evidenciam formas mais equilibradas de conviver com a natureza (Guhur; Silva, 2021).

Mais do que uma forma de produzir, a Agroecologia pressupõe uma visão de mundo que congrega os indivíduos e comunidades. Os camponeses expressam essa questão ao longo da história e ao redor do mundo através da sua luta pelos direitos à terra e autonomia produtiva (Candiotto, 2020). A Agroecologia se manifesta como movimento social ao possibilitar a união e luta política desses atores em prol do acesso e proteção às suas práticas agrícolas diante do avanço do agronegócio.

Desse modo, a Agroecologia se apresenta nessa leitura tríplice, uma ciência que se volta a formas de unir agronomia e ecologia; um movimento social que implica formas alternativas de produzir diante da econômica capitalista e; uma prática histórica de relação do homem com a natureza que pode ser visualizada de maneira mais direta no cotidiano dos povos tradicionais, originários e agricultores familiares (Candiotto, 2020).

A Agroecologia não se resume à uma concepção “anti agronegócio”, ela vai além da simples substituição dos agrotóxicos. Ela defende uma posição mais radical que procura romper com a lógica da monocultura. A Agroecologia visa repensar as formas de produção para desenvolver a diversidade e a interação com os ecossistemas. Na Agroecologia, a biodiversidade é o centro das práticas agrícolas (Caldart, 2017).

Esse dado é importante para não cair na armadilha do capital que tenta cooptar até mesmo as práticas anti hegemônicas. A questão dos “insumos orgânicos” são um bom exemplo de como práticas que não rompem com a lógica predatória do agronegócio capitalista procuram se vender para conquistar aceitação social e aumentar mais ainda os lucros sob o signo da sustentabilidade (Caldart, 2017).

É por isso que a análise e reconhecimento dos povos tradicionais e originários é tão importante para a definição da Agroecologia. Enquanto saber e prática que nasce dessas minorias sociais, a Agroecologia é mais que uma forma de produzir, ela é um estilo de vida que se dá na relação com a terra, no pertencimento sociocultural. É por isso, antes de tudo, um saber decolonial (Stroparo, 2023).

Enquanto filosofia de vida, a prática agroecológica toma a terra como elemento sagrado. Assim, a preservação dos recursos naturais não é mera questão prática da lógica produtiva, mas representa a manutenção da própria história e ancestralidade. Além disso, uma vez que ela se dá de maneira coletiva, a Agroecologia é intrinsecamente ligada aos pressupostos da economia solidária (Stroparo, 2023).

Dessa forma, a Agroecologia, enquanto perspectiva decolonial, é por excelência plural. Cada povo, comunidade possui suas formas próprias de desenvolver as práticas agrícolas e o reconhecimento dessa pluralidade é um dos pontos fortes da Agroecologia. Como destaca Stroparo (2023), esse viés da Agroecologia valoriza os diversos saberes que os povos possuem, destacando como eles contribuem para uma lógica de produção que não é pautada no lucro, mas que se coloca como movimento de resistência à monocultura capitalista.

As Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) são definidas pelo artigo 2º do Decreto 4887/2003 como “grupo étnico-racial [...] com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003). Dentro das suas relações territoriais específicas, encontramos o uso sustentável do Cerrado e os sistemas agrícolas, que compartilham técnicas, espécies e saberes específicos, relacionados à luta histórica dessas populações.

Os Kalunga têm uma relação com a terra e o território diferenciadas, quando comparados com os assentamentos e comunidades circunvizinhas. Considerando que uma vasta área do território quilombola se encontra com baixo grau de degradação socioambiental, a formação técnica e política necessita considerar essas especificidades, valorizando e respeitando a forma de uso e ocupação do solo atual, dos antepassados e as possibilidades futuras que a comunidade almeja.

É notória a contribuição das comunidades tradicionais, camponesas e povos originários para com a conservação da sociobiodiversidade no Brasil e restante da América Latina. Estes grupos são os principais agentes de guarda do meio ambiente, combatendo de forma eficaz a degradação de biomas. Segundo Toledo (2001), esses povos e comunidades

são considerados pobres ou tratados como seres invisíveis. No entanto, em última análise, eles detêm a chave de uma conservação exitosa em muitas das áreas biologicamente mais ricas do planeta. Ainda sobre a conservação da biodiversidade:

Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivos. Muitos camponeses mantêm áreas cobertas por florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos, no interior ou em áreas adjacentes aos seus campos de cultivos, suprindo-se, assim, de produtos úteis, como alimentos, materiais de construção, medicamentos, fertilizantes orgânicos, combustíveis e artigos religiosos (Altieri, 2004, p. 30- 31).

Essas mesmas comunidades e povos vêm sofrendo com a política de projetos desenvolvimentistas, especulação imobiliária, fundiária e o agronegócio, que subjagam o direito desses grupos ao acesso de seus territórios e, conseqüentemente, às suas formas de viver e ser no mundo, em nome do desenvolvimento socioeconômico do país.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa adotou metodologia qualitativa, considerando que o objetivo central procura caracterizar saberes e práticas produtivas de caráter agroecológico. Como métodos, adotamos atividades de campo próprias do Diagnóstico Rural Participativo que contribuem para fortalecer o encontro entre sujeitos e coletividades em sua diversidade de modos de vida e de conhecimento.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) se constitui em um conjunto de técnicas de caráter qualitativo que se voltam à construção coletiva do conhecimento junto aos sujeitos da pesquisa. De modo geral, essa metodologia procura promover o compartilhamento de experiências e conhecimentos, desenvolvendo, a partir do repertório local, formas de planejamento e ação (Verdejo, 2010).

Como ferramenta metodológica, o DRP compreende o conhecimento tradicional, o popular e o simbolismo como fontes importantes para a construção dos mapas, dando oportunidade da comunidade participar expressando seus conflitos, suas identidades e seus saberes, assim como suas formas de fazer política. Sendo considerada, portanto, uma metodologia parceira do diálogo de saberes. Como coloca Leff (2009), o diálogo de saberes se produz no encontro de identidades. É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura.

O DRP também auxilia nos processos de garantia de direito à terra, fortalecendo a autonomia comunitária contra a expropriação causada pela forma de produção do sistema capitalista. Sendo assim, podemos entender que, ao dar vazão aos sujeitos da pesquisa, o DRP coloca os atores diante do jogo político, compreendendo e analisando as forças sociais que permeiam o seu meio social (Verdejo, 2010).

Pensando nessas questões e na importância da manutenção dessas comunidades, de seus saberes e culturas, que constroem o que conhecemos por sociobiodiversidade e entendendo que Agroecologia, como ciência, reúne esses saberes vindos de comunidades, povos, do campo e da agricultura familiar, ao conhecimento científico, o DRP emerge como metodologia mais adequada, uma vez que engloba diversas técnicas sob o enfoque da valorização do saber local.

Essa metodologia precisa considerar, então, elementos como a territorialidade, gerenciamento do território e afins, mapeando as diferentes formas de produção, levando em consideração a realidade socioeconômica, cultural e política, confirmando que é possível haver produção crescente dentro de sistemas e suas ancestralidades no cerrado e facilitando, também, a gestão territorial, conseqüentemente, das produções agrobiodiversas e do extrativismo sustentável (Verdejo, 2010).

Também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas. Embora não tenham sido baseadas em um roteiro fixo, as perguntas foram abordadas de forma ordenada. As informações coletadas incluíram: Nível de estudo do produtor/a e dos outros membros da família; Atividades agrícolas; Possui roça? Extrai produtos do Cerrado? Cria gado, galinhas, porcos ou outros animais?

Foram feitas perguntas sobre a produção agrícola e a soberania alimentar, incluindo: Tipos de produtos produzidos (utilizando uma tabela fornecida); Se a produção garante a alimentação familiar ou se é necessário comprar alimentos fora da comunidade; Como é feita a venda do excedente de produção; Envolvimento dos filhos no processo de produção; Potenciais e dificuldades para aumentar a produção; Participação em programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Mudanças nos padrões de alimentação; Sonhos e aspirações em relação à produção agrícola.

No momento das entrevistas semiestruturadas, pudemos incluir questões como a matriz de desejo-realidade (esta ferramenta permitiu entender quais os sonhos e desejos da comunidade para o futuro do lugar de acordo com o contexto de realidade).

As atividades foram: a anotação da rotina diária por meio da metodologia adjutório

colaborativo (foram feitas anotações das atividades diárias da comunidade por meio da participação do pesquisador em tarefas cotidianas e isso foi importante para a construção do calendário sazonal), entra e sai (anotações de dados socioeconômicos de cada sistema produtivo, nessa técnica, construímos um quadro do que entra, produz e sai da comunidade) e caminhada transversal vinculada ao uso do aplicativo Wikiloc (nos permitiu fotografar os pontos importantes de acordo com as pessoas da comunidade, que nos guiaram, produzindo trilhas por GPS que foram utilizadas para a criação do mapa social).

Outra atividade foi a anotação de um calendário sazonal (aqui, fizemos anotações sobre as atividades desenvolvidas durante o ano, de acordo com a distribuição de chuvas e período de seca, épocas de maior trabalho, divisão de trabalho, épocas com maior ou menor entrada de dinheiro). A essa primeira etapa chamamos de pré-mapeamento participativo: construção de relação e confiança, conhecimento de realidade e definição das demandas.

Para o mapeamento social: foi feita a socialização das técnicas de cartografia básica (utilização de GPS, imagens de satélites) e troca de saberes (as geotecnologias passadas aos quilombolas para que eles tenham autonomia para aplicá-las, fazendo correlação entre saberes tradicionais, cotidiano e técnicas básicas de mapeamento geográfico). Nesta etapa, nós usamos os diários, gravações, levantamento das espécies nativas que foram identificadas e cartografadas no aplicativo de trilha, duas oficinas de técnica de mapeamentos e mapas mentais.

No terceiro momento, iniciamos a digitalização de dados, processamento das informações quali-quantitativas e padronização de dados (legendas e símbolos). Para a finalização do trabalho, foi feita a validação da cartografia social junto à comunidade e digitalização de possíveis alterações.

Os dados desta pesquisa são provenientes do *“Projeto Investigando as potencialidades da práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo para promoção do desenvolvimento humano e social nas escolas do Território Kalunga através da formação em Agroecologia e manejo sustentável cerrado”* da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 40/2022 e do Projeto de Iniciação Científica PIBIC do Edital n° 11/2023 PIBIC FAP-DF.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção da compreensão do trabalho, foram implementadas estratégias metodológicas centradas no Diagnóstico Rural Participativo. Esta abordagem visa fortalecer a interação entre os indivíduos e as comunidades, abrangendo sua ampla gama de estilos de

vida e saberes.

O Quadro 01, a seguir, apresenta os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas com 11 famílias da Comunidade Vão do Moleque. As entrevistas buscaram compreender a composição familiar, as principais atividades produtivas, os desafios enfrentados e os sonhos em relação ao futuro das famílias. A maioria delas lida com atividades agrícolas tradicionais, como produção de arroz, mandioca, farinha e criação de animais, além da extração de produtos do Cerrado. Os principais desafios relatados incluem o acesso limitado à água e a necessidade de investimentos em tecnologia e insumos para aumentar a produção. Por outro lado, as aspirações dessas famílias estão relacionadas ao aumento da produção, à melhoria das condições de trabalho e ao acesso à água, que é um fator crítico para a continuidade de suas atividades e subsistência.

Quadro 01- Resultado das entrevistas semiestruturadas

Família	Composição Familiar	Principais Atividades	Desafios	Sonhos/Futuros
Família 1	4 pessoas	Produção de banana, criação de galinhas, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, tecnologia para aumentar a produção, mão de obra escassa	Adquirir gado, aumentar a produção, ver a água retornar para o território, investir em tecnologia
Família 2	3 pessoas	Produção de arroz, criação de gado, extração de produtos do cerrado	Limitada saída do produto, falta de água, insumos tecnológicos	Ter chuva, acesso à água, investir em tecnologia para facilitar o trabalho na roça, aumentar produção
Família 3	4 pessoas	Produção de arroz, criação de galinhas, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, tecnologia para facilitar o trabalho na roça	Ter chuva, acesso à água, aumento da produção
Família 4	5 pessoas	Produção de mandioca, mamão, galinhas, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, investimento em insumos tecnológicos, limitação de mão de obra	Plantar cana, aumentar produção de mamão e criação de galinhas
Família 5	3 pessoas	Produção de farinha, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, investimento em tecnologia	Aumentar a produção

Família 6	2 pessoas	Produção de farinha, milho, carne, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, investimento em insumos tecnológicos	Aumentar a produção de mandioca, milho, gergelim e arroz
Família 7	3 pessoas	Produção de arroz, criação de gado, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, investimento em tecnologia	Aumentar a produção
Família 8	5 pessoas	Coleta de sementes, produção na horta, criação de galinhas	Acesso à água, formação em Agroecologia	Aumentar a produção na horta e criação de galinhas
Família 9	3 pessoas	Produção na horta, criação de galinhas, coleta de sementes	Acesso à água, formação em Agroecologia	Aumentar a produção na horta e criação de galinhas
Família 10	3 pessoas	Produção de farinha, milho, carne, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, investimento em insumos tecnológicos	Aumentar a produção
Família 11	2 pessoas	Produção de farinha, milho, carne, extração de produtos do cerrado	Acesso à água, investimento em insumos tecnológicos	Escoar e aumentar a produção

Fonte: autoria própria

Enquanto prática não hegemônica, a produção tradicional agroecológica dos povos tradicionais do Quilombo Kalunga evidencia as dificuldades próprias dessa forma de agricultura que sofre com o descaso do poder público e com a pressão do agronegócio. Como destaca Caldart (2017), o modo de vida dos povos tradicionais camponeses se dá num confronto direto com a sociedade capitalista que não vê sentido nas lógicas de produção que não visam exclusivamente o lucro. Nesse aspecto, os Quilombos e assentamentos são vistos muitas vezes como desperdício de terra, uma vez que não se voltam para a produção de monoculturas em larga escala.

O Quadro 1 reforça ainda a perspectiva da biodiversidade mantida pelos povos tradicionais em sua prática agroecológica. O consórcio de diferentes produtos agropecuários e o aproveitamento daquilo que a mata oferece estão explicitados nas principais atividades produtivas das famílias. Não se trata de mera decisão mercadológica, mas a expressão de um modo de vida que através da experiência dos ancestrais foi observando e delimitando as melhores formas de produzir e extrair da natureza o sustento (Caldart, 2017).

O Quadro 02 apresenta uma síntese dos principais pontos levantados nas entrevistas por meio da matriz de desejo e realidade, utilizada para compreender as expectativas e os desafios enfrentados pelas famílias da comunidade. A tabela ilustra a disparidade entre as aspirações da comunidade e as realidades que enfrentam, destacando a necessidade de soluções que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida.

Quadro 02- Principais pontos levantados na matriz de desejo e realidade

	Desejo	Realidade
Acesso à água	Ter acesso à água e tecnologia	Desafio comum enfrentado por várias famílias
Tecnologia	Tecnologia para facilitar o trabalho na roça	Faltam políticas públicas que subsidiem
Saída de produtos agrícolas	Aumentar a produção agrícola	Limitada saída de produtos agrícolas

Fonte: autoria própria

Quanto aos sonhos e aspirações para o futuro, as famílias expressam o desejo de aumentar a produção agrícola, visando segurança alimentar e geração de renda. O acesso à água e à tecnologia também é destacado, evidenciando a necessidade de infraestrutura para o trabalho desenvolvido nas roças. Nota-se que as famílias são geralmente pequenas, com 2 a 5 pessoas por casa. Além disso, reconhecem que a tecnologia pode ajudar a aumentar a eficiência das atividades agrícolas, permitindo que uma quantidade menor de pessoas realize um trabalho que, de outra forma, exigiria mais mão de obra.

As aspirações futuras refletem não apenas a busca por melhorias nas condições de vida, mas também o desejo de fortalecer a produção agrícola de forma sustentável e em harmonia com o ambiente. Este contexto destaca a importância de políticas e investimentos que possam apoiar o desenvolvimento dessas comunidades, promovendo a segurança alimentar, o acesso a recursos básicos e a resiliência frente aos desafios socioambientais.

O Quadro 03 apresenta uma lista das principais produções agrícolas e de extrativismo identificadas na comunidade, incluindo tanto cultivos quanto espécies nativas. A tabela abrange informações sobre a sazonalidade de cada produto, indicando os meses de produção ou colheita, bem como se os produtos são consumidos localmente e comercializados pela comunidade.

Quadro 03- Principais Produções Agrícolas e de extrativismo (espécies nativas)

Produto	Sazonalidade	Consumido	Comercializado
Abóbora	Jan-Mai	Sim	Sim
Arroz	Mar- Mai	Sim	Sim
Banana	Ano todo	Sim	Sim
Barú - Castanha	Jul-Set	Sim	Sim
Barú - Farinha	Jul-Set	Sim	Sim
Mandioca	Ano todo	Sim	Sim
Manga	Set-Nov	Sim	Sim
Mangaba	Nov-Dez	Sim	Sim
Milho	Fev-Abr	Sim	Sim
Milho - Verde	Fev-Abr	Sim	Sim
Gergelim	Jun-Jul	Sim	Sim
Jatobá - Farinha	Ago-Set	Sim	Sim
Mandioca - Farinha	Jun-Jul	Sim	Sim
Mamão	Ano todo	Sim	Sim
Tamarindo	Jul- Set	Sim	Sim
Cagaita	Set- Out	Sim	Sim

Fonte: autoria própria

O Quadro 3 destaca como a diversidade na produção é um elemento chave do Quilombo. Além de possibilitar caminhos para a soberania alimentar, percebemos que a pluralidade na produção expressa a sintonia dos quilombolas com o tempo na natureza, de modo que a diversidade é uma forma de garantir o alimento o ano todo, aproveitando as potencialidades de cada estação.

As espécies nativas e os produtos agrícolas foram identificados durante as caminhadas transversais realizadas com os membros da comunidade, utilizando uma metodologia participativa. Durante essas caminhadas, cada família compartilhou seu conhecimento sobre a flora e fauna locais, permitindo o mapeamento detalhado das trilhas pelos quintais e roçados. Para isso, foi utilizado o aplicativo Wikiloc, que facilitou o registro das rotas e a identificação de áreas produtivas.

Essa abordagem garantiu um levantamento robusto das práticas agroextrativistas e das safras sazonais, refletindo o profundo vínculo da comunidade com seu território e o uso sustentável dos recursos naturais.

O Wikiloc é um aplicativo usado para mapear trilhas, permitindo a gravação de trilhas enquanto os usuários se movem no local, registrando dados como ponto de localização via satélite, altitude e tempo de caminhada. Nele, é possível fotografar os pontos relevantes durante a gravação da trilha, adicionar comentários sobre os pontos fotografados e detalhar o local. As trilhas gravadas podem ser compartilhadas com outros usuários, fornecendo

informações de rotas e orientações por meio dos mapas offline. Outra vantagem do aplicativo é a opção de download dos mapas offline, permitindo seu uso mesmo sem conexão com a internet. Além disso, o Wikiloc é compatível com outros dispositivos GPS, podendo ser integrado a eles.

A utilização do Wikiloc em conjunto com o método das caminhadas transversais possibilitou a criação de mapas por GPS nos quintais e roçados, contribuindo para a construção da cartografia participativa da comunidade (ver Figuras 01, 02). Essas práticas facilitaram o mapeamento da sociobiodiversidade do Cerrado e dos roçados das famílias que participaram das atividades no território, integrando aspectos culturais e histórias de vida das comunidades (ver Figura 03).



Figura 01 – Trilha escola-família

Fonte: Wikiloc, 2023



Figura 02- Mandioca castelo vermelha

Fonte: Wikiloc, 2023



Figura 03- Trilha família escola

Fonte: Wikiloc, 2023

O Quadro 04 descreve de forma detalhada os fluxos de entrada, produção e saída de itens essenciais na comunidade, demonstrando a dinâmica local em termos de insumos, alimentos, água, energia, mão de obra, produtos locais e resíduos. Ela revela como a comunidade se organiza em torno da autossuficiência e da subsistência, destacando as principais fontes de recursos externos, o que é produzido internamente e o que, eventualmente, é exportado ou distribuído para fora, como excedente da produção agrícola.

Este levantamento é importante para compreender a relação da comunidade com seu território e sua rede de abastecimento, evidenciando a dependência de certos insumos externos (como sementes, fertilizantes e alimentos processados) e a capacidade de produção interna de alimentos e outros produtos. Além disso, a tabela reflete a gestão dos resíduos gerados pelas atividades, diferenciando resíduos orgânicos e embalagens recicláveis, apontando para o ciclo produtivo e de consumo local.

Quadro 04- O que entra, o que é produzido e o que sai da comunidade

Itens	Entrada na Comunidade	Produção na Comunidade	Saída da Comunidade
Insumos	Sementes, fertilizantes	Sementes	-
Alimentos	óleo, macarrão, café, biscoitos, sal, açúcar	farinha, arroz, mandioca, milho, gergelim, banana, frutos nativos	Excedente da produção agrícola
Água	-	Água utilizada para irrigação e consumo doméstico	-
Energia	Energia elétrica	-	-
Mão de obra	-	Trabalho nas atividades agrícolas e de subsistência	-
Produtos locais	-	Produtos agrícolas, como frutas, legumes, verduras e sementes	Excedente da produção agrícola
Resíduos	Embalagens de insumos, restos de cultura	-	Resíduos orgânicos, embalagens recicláveis

Fonte: autoria própria

A tabela indica a produção de excedentes agrícolas, que poderia ser mais bem aproveitada. Políticas que incentivem a comercialização desses produtos e que ofereçam apoio na infraestrutura necessária para alcançar mercados mais amplos seriam benéficas. Isso não apenas ajudaria a melhorar a renda da comunidade, mas também a fortalecer a economia local. Destaca a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas específicas da comunidade, promovam a autonomia produtiva, valorizem a dieta tradicional e garantam a gestão sustentável de recursos e resíduos. Essas medidas são essenciais para fortalecer a resiliência e a sustentabilidade da comunidade agrícola tradicional.

Daí emerge o outro fator das práticas agroecológicas que é a luta política por

reconhecimento e espaço. Desde o avanço do colonialismo e o consequente estabelecimento do capitalismo, as práticas tradicionais vivem sob a perseguição a partir da expropriação de suas terras e o abandono político que se volta para financiar a agricultura monocultora. Nesse sentido, a ausência de políticas públicas não é uma surpresa, mas, antes, um sintoma do avanço do capital sobre as práticas tradicionais de produção alimentar.

Embora as histórias de vida e práticas das famílias tenham sido registradas, as redes de circulação de produtos, sementes, conhecimento e comércio não foram detalhadas. Uma análise mais robusta dessas redes poderia revelar como a comunidade interage com outras comunidades, municípios vizinhos e mercados externos, mostrando a extensão de sua autonomia ou dependência.

O Quadro 05 fornece uma visão sobre as espécies vegetais nativas do Cerrado que são valorizadas comercialmente pelas famílias que participaram do trabalho. Este levantamento serve para entender a diversidade e a importância econômica dessas espécies dentro da região. Nela, observamos que espécies como Pequi, Jatobá, Mangaba e Baru são reconhecidas e comercializadas por várias famílias. Essas espécies não representam apenas um recurso importante para a economia local, mas também são parte integrante da identidade cultural e da tradição extrativista da comunidade. O Pequi e o Jatobá, por exemplo, são conhecidos por seus usos culinários e medicinais, enquanto a Mangaba e o Baru são valorizados tanto pelo seu sabor quanto pelas suas propriedades nutricionais.

Quadro 5- levantamento das espécies vegetais nativas do cerrado que possuem valor comercial para cada família.

Família	Espécies Vegetais Nativas do Cerrado Identificadas nas Roças
Família 1	Pequi, Jatobá e Mangaba
Família 2	Baruzeiro, Jatobá
Família 3	Não comercializa
Família 4	Mangaba, Baru, Cajuzinho do Cerrado
Família 5	Jatobá
Família 6	Baru e Jatobá
Família 7	Baru e Jatobá
Família 8	Não comercializa
Família 9	Baru
Família 10	Baru, Jatobá e Mangaba
Família 11	Baru, Cajuzinho do Cerrado e Mangaba

Fonte: autoria própria

O extrativismo também foi elemento observado nas práticas do assentamento. Como

descrito no Quadro 5, há uma ampla variedade de frutíferas que são aproveitadas para consumo e geração de renda das famílias. Nesse sentido, temos outro viés, que é o da manutenção da mata nativa compreendendo que ela por si só já é produtora de recursos para a subsistência e até mesmo comercialização. No entanto, cabe destacar o cuidado para que as práticas não se desenvolvam além dos limites do que a natureza pode ofertar. A pressão para que os assentamentos e povos tradicionais entrem na lógica da comercialização, uma Agroecologia de larga escala, é um perigo constante que tem ameaçado o estilo de vida verdadeiramente agroecológico (Guhur; Silva, 2021).

Para a socialização inicial das técnicas de cartografia básica e das geotecnologias, foi realizada uma oficina com as crianças da Escola Maiadinha. Elas foram divididas em três grupos para criar mapas coletivos do território, cada grupo produzindo um mapa que representava os trajetos feitos das roças de suas famílias até a escola.



Figura 04 Mapa dos corpos d'água
Fonte: autoria própria



Figura 05 Mapa de roças/quintais produtivos

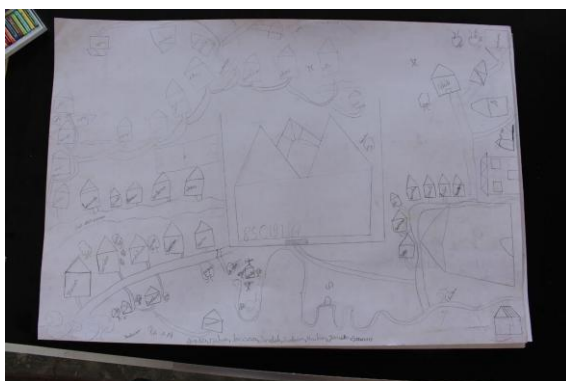


Figura 06 Mapa da comunidade em volta da escola
Fonte: autoria própria



Figura 07 Trajeto das casas do grupo até a escola
Fonte: autoria própria

O mapa dos corpos d'água, na figura 04, destaca os rios e córregos que compõem o território próximo à Escola Maiadinha. Este mapa foi elaborado coletivamente pelas crianças, que identificaram e demarcaram os corpos d'água com base em seu conhecimento do espaço e na observação prática. A atividade revelou a importância da água como recurso essencial para

a vida e para as atividades produtivas locais, como a irrigação de hortas e roças. Também, evidenciou o papel dos corpos d'água na organização do território, marcando limites e moldando os trajetos e ocupações das famílias.

Na figura 05, as crianças representaram as áreas produtivas utilizadas por suas famílias, como roças, quintais e pequenas áreas de cultivo. Foram demarcados espaços destinados ao plantio de alimentos, criação de animais e cultivo de árvores frutíferas, refletindo a relação das famílias com a terra e suas práticas agrícolas tradicionais. O processo de elaboração do mapa possibilitou que as crianças visualizassem a distribuição e a diversidade das atividades produtivas locais, reforçando a importância dessas áreas para a segurança alimentar e para o sustento familiar.

O mapa da comunidade em volta da escola, na figura 06, ilustra a organização espacial do território próximo à Escola Maiadinha, incluindo residências, espaços comunitários e infraestruturas locais. As crianças identificaram e registraram elementos como casas, estradas, áreas de convivência e outros marcos significativos da região. Esta representação coletiva permitiu que elas refletissem sobre a dinâmica social e espacial da comunidade, destacando os pontos de encontro e as conexões entre os diferentes moradores. O mapa serve como uma ferramenta para entender as relações de proximidade e as redes de apoio dentro da comunidade.

Os trajetos das casas das crianças até a escola, figura 07, registram os caminhos percorridos diariamente pelos alunos. Nesta representação, o grupo mapeou os principais percursos utilizados, estradas, cruzamentos importantes, árvores frutíferas e suas casas. A atividade trouxe à tona questões sobre acessibilidade, segurança e os desafios enfrentados pelas crianças no deslocamento diário, como a distância percorrida e as condições dos caminhos, fortalecendo a relação dos alunos com o território.

Além disso, as crianças foram orientadas a utilizar o aplicativo de trilha Wikiloc para realizar uma caminhada transversal (ver Figura 8), partindo da escola até as propriedades de duas famílias próximas.

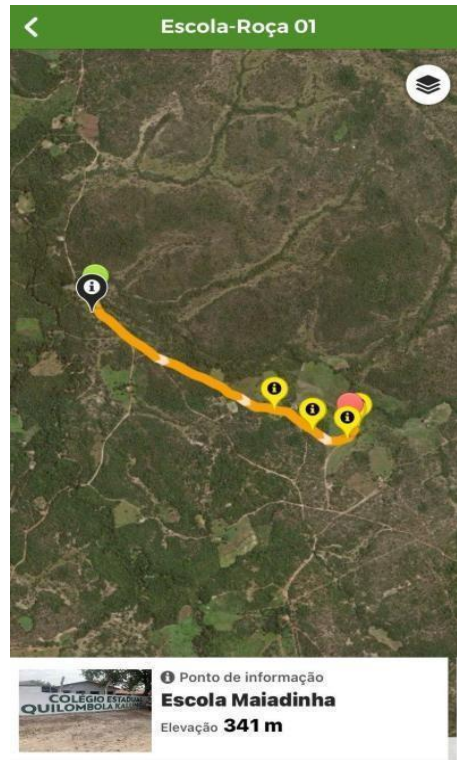


Figura 08- Caminhada transversal roça/escola
 Fonte: Wikiloc, 2023

Durante essa atividade, as crianças também participaram de entrevistas e auxiliaram no levantamento da agrobiodiversidade das famílias visitadas. Isso proporcionou a prática da investigação científica e promoveu o empoderamento das práticas de pesquisa entre os participantes. Após as atividades da oficina, houve um momento reflexivo sobre a participação das famílias na pesquisa e como essa participação influencia na produtividade familiar e comunitária.

Os resultados da Oficina de Cartografia Participativa não apenas demonstraram a eficácia das técnicas de mapeamento e geotecnologias, mas também proporcionam insights valiosos sobre a dinâmica familiar e as percepções das crianças em relação às atividades produtivas.

Como parte do encerramento da oficina, os participantes foram convidados a completar um questionário final, denominado Trabalho Final, para documentar suas experiências e os conhecimentos adquiridos. Este questionário abordou diversos aspectos, incluindo:

1. Mapa Produtivo da Casa: As crianças foram incentivadas a desenhar um mapa detalhado da sua casa, destacando os espaços onde ocorrem as atividades produtivas da família, como hortas, roças, pastos, quintais e galinheiros. Também foram solicitados a identificar as árvores frutíferas e plantas alimentícias presentes nos quintais, além de nomear

as construções e espaços representados.

2. Composição Familiar: Elas forneceram informações sobre os membros da família que residem com eles, incluindo o nome dos pais e outros moradores.

3. Participação nas Atividades Produtivas: As crianças foram questionadas sobre seu envolvimento nas atividades produtivas da família e como contribuem para essas atividades.

A análise dos mapas das casas, do caminho casa-escola, deve evidenciar o nível de percepção ambiental das crianças, revelando como elas compreendem a organização dos espaços produtivos e sua importância para a dinâmica familiar e comunitária. O detalhamento das áreas como hortas, galinheiros, quintais e pastos, assim como a identificação de árvores frutíferas e plantas alimentícias, reflete o conhecimento das crianças sobre os recursos naturais disponíveis e sua integração ao cotidiano da família. Esses registros não apenas ilustram a conexão das crianças com seu ambiente, mas também indicam sua capacidade de observar e representar sua realidade de forma criativa. Além disso, as respostas relacionadas à composição familiar oferecem uma visão sobre a estrutura social e os laços familiares das crianças.

A identificação dos membros que compartilham o espaço doméstico, incluindo pais e outros moradores, permite compreender como as crianças percebem os papéis e as relações entre os integrantes da família. Essas informações podem demonstrar tanto o nível de proximidade emocional quanto a importância atribuída às contribuições individuais para o bem-estar coletivo.

Quanto à participação nas atividades produtivas, os relatos das crianças são uma oportunidade de compreender como elas se veem inseridas nas práticas familiares. A descrição de tarefas como cuidar de hortas, alimentar animais ou auxiliar na colheita reflete não apenas o envolvimento direto das crianças, mas também sua percepção de responsabilidade e pertencimento ao contexto produtivo da casa. Este aspecto do questionário destaca como essas atividades contribuem para o desenvolvimento de valores como cooperação, autonomia e respeito pelos saberes tradicionais.

De maneira geral, os resultados apontam para um aprofundamento do engajamento das crianças com seu espaço familiar e comunitário, além de evidenciar a relevância das oficinas na ampliação de sua consciência ambiental e social. A análise das respostas demonstra como essas atividades incentivam as crianças a reconhecerem e valorizarem os recursos disponíveis, o trabalho coletivo e a importância de suas contribuições no contexto familiar, promovendo uma formação integral que une conhecimento, prática e reflexão.

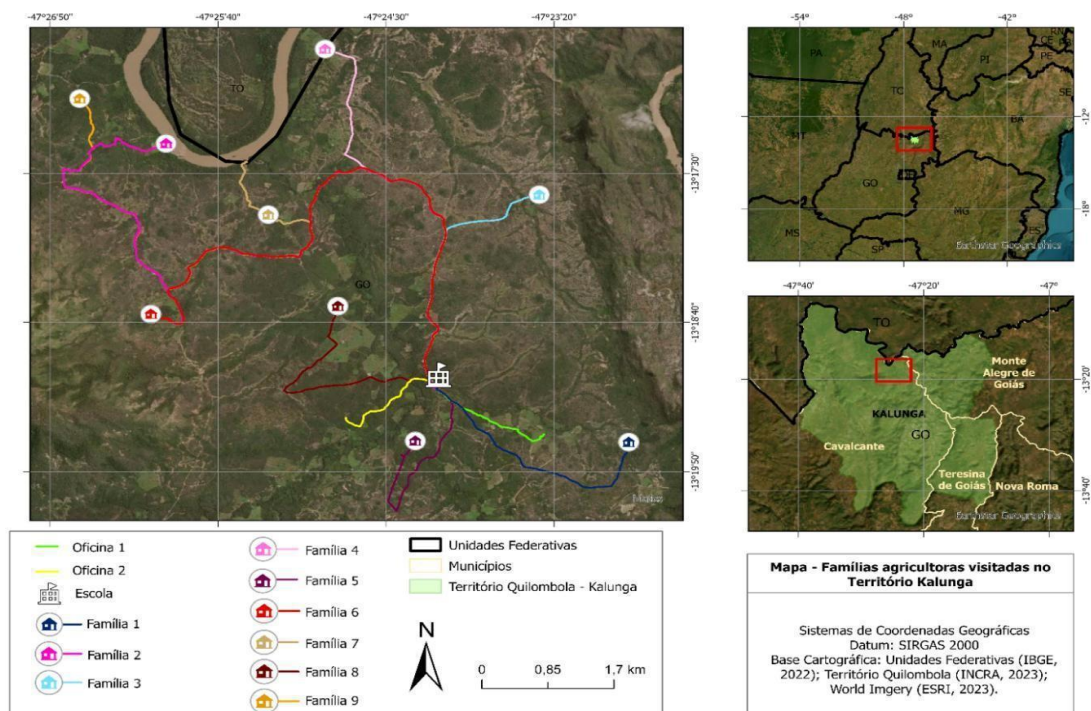
Para finalizar o trabalho, os dados das trilhas realizadas pelo aplicativo Wikiloc foram

processados no software ArcGIS. As trilhas sempre tiveram como ponto de partida a Escola Maiadinha, formando uma teia de conexões entre a escola e as roças da comunidade (Mapa 01).

Para a criação dos mapas, utilizamos duas abordagens. Primeiramente, elaboramos um esboço do mapa utilizando as trilhas registradas no Wikiloc no Google Maps. Este esboço serviu de base para a construção do mapa final, que foi desenvolvido no software ArcGIS.

O esboço do mapa foi apresentado aos agricultores cujas roças foram mapeadas (Figura 10), em uma reunião realizada na Escola Maiadinha. Durante o encontro, cada participante teve a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do mapa final. No entanto, alguns dados de mapeamento não foram incluídos, como no caso de duas famílias, cujas trilhas foram perdidas durante o processo.

Como o trabalho de mapeamento foi realizado de forma coletiva, envolvendo pessoas da região, como estudantes, professores e agricultores, esses dados não puderam ser recuperados. Além disso, a dificuldade de acesso ao Vão do Moleque impediu o retorno ao quilombo para realizar a coleta dessas trilhas novamente. Apesar dessas limitações, o mapa final oferece uma visão abrangente e precisa das principais áreas produtivas e das rotas utilizadas.



Mapa 1 - Mapa do percurso às roças das famílias do território Kalunga-Comunidade Vão do Moleque realizado através do aplicativo de trilhas Wikiloc e processado pelo software ArcGIS.

Fonte: INCRA, 2023; ESRI, 2023

Como observado na figura 09, as práticas agrícolas dos quilombolas pressupõem uma íntima relação com o território. Mais do que espaço de produção, as trilhas ilustram como se dá a conexão dos indivíduos com a terra. O conhecimento da mata a partir dos trajetos que se voltam ao extrativismo e caminho até as lavouras coloca os indivíduos em contato com a natureza e faz desses atores importantes agentes de cuidado da vegetação nativa.

Nesse aspecto, a figura 09 nos permite observar ainda como as famílias ocupam cada uma um território específico, e realizam longos trajetos em sua *práxis* agrícola. Esse processo de interação com o meio gera mais do que o produto da lavoura ou do extrativismo, proporciona conexão com o território, reconhecimento das mudanças e dos limites produtivos que a mata e a terra podem oferecer. Em outras palavras, desenvolve a recuperação do metabolismo ser humano-natureza, dando tempo para que esta se recomponha (Guhur; Silva, 2021).



Figura 9- Reunião para validação do mapa
Fonte: Janaina Diniz, 2024

Enquanto movimento, a Agroecologia, seja em sua prática, seja em sua versão acadêmica não pode se dar de forma unilateral. Nesse aspecto, a figura 10 expressa o esforço de fazer da pesquisa um movimento dialógico no qual o saber é construído coletivamente a partir dos atores envolvidos. Essa abordagem que reconhece no senso comum um tipo de conhecimento do qual podemos partir para desenvolver saberes faz parte da Agroecologia, uma vez que é da ancestralidade que ela primeiro se desenvolveu.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou compreender e caracterizar os saberes e práticas da Agroecologia local do Quilombo Kalunga. Para esse fim, utilizamos metodologia qualitativa combinando cartografia social com entrevistas semiestruturadas, de modo a conhecer as formas de produção e alimentação dos quilombolas.

O trabalho evidenciou que a Comunidade Quilombola Kalunga, para além de seus processos históricos de resistência e reprodução de vida no território, acumulou nesse processo um conhecimento de manejo dos bens naturais de forma resiliente e sustentável, mesmo com processos naturais de abertura a mercados de insumos, que hoje abastece tanto o processo produtivo como alimentar, denotando um caráter de manutenção de autonomia e soberania alimentar.

A tomada de consciência desse sujeito coletivo de direitos na luta de reconhecimento da titularidade do Sítio Histórico Patrimônio Kalunga segue vinculada ao direito do acesso ao conhecimento historicamente acumulado da humanidade, evidenciado pela disputa de uma educação e de tecnologias apropriadas à realidade dessa comunidade, como a ‘Educação do Campo’ e a ‘Agroecologia’ para entender, refletir e propor processos de desenvolvimento mais sustentáveis, em especial para melhoria das condições do ‘Trabalho’ no campo.

Fica aberto, nesse sentido, um vasto campo de estudos que esta pesquisa não pôde abarcar. Destacamos a importância de considerar estudos sobre como a pressão por uma Agroecologia de larga escala tem impactado os povos tradicionais em suas práticas agroecológicas, bem como ressaltamos a relevância de averiguar como as propostas educacionais contextualizadas ao campo contribuem com a produção agroecológica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às minhas ancestrais, que sempre sopraram em meus ouvidos qual caminho devo seguir. Mesmo quando teimo, ainda assim elas me guardam e protegem. À minha família, por todo o apoio, mesmo em meio à dor, e ao meu amor, que honra o título de companheiro: te amo! À minha filha, minha razão de viver, meu pedacinho.

Aos meus amigos, em especial Jorginho e Rogério, que são como irmãos, e a Luíza, Maiara e Yara, por todas as noites em claro. À tia Édina, tio Nestor, Mariana e Ísis, pelo acolhimento e carinho durante esses anos, e à Guta e Acácio, por tudo e mais.

Ao meu orientador, professor Vicente, por tanta paciência; aprendi muito com ela. Aos professores pesquisadores Cecília Ricardo, Janaína Diniz e Kaled Khidir, pela contribuição ao meu trabalho, e à comunidade Kalunga do Vão do Moleque, em especial às professoras,

pesquisadoras e agricultoras Adilene Pereira, Ana Lúcia Fernandes, Josélia Dias, Joverci Vidal, Marinez Rosa, Nilca Fernandes, Nita Fernandes e Tainá Aquino, pela colaboração e sabedoria compartilhada.

Por fim, agradeço ao projeto *Projeto Investigando as potencialidades da práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo para promoção do desenvolvimento humano e social nas escolas do Território Kalunga através da formação em Agroecologia e manejo sustentável cerrado*”, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa, e à FAP-DF, pelo apoio fundamental ao financiamento e realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, W. S.; SARAIVA, V. H. C.; PREVIERO, C. A. A AGROECOLOGIA E POVOS QUILOMBOLAS NO TOCANTINS. **Singular. Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, n. especial, p. 6–19, 2023.
- ACSELRAD, H; VIÈGAS, R. N. **Cartografias Sociais e Territórios**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013, 318p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- BORGES, E. S. A. Agroecologia na práxis da produção agrícola quilombola Kalunga da comunidade Vão do Moleque : estudo de caso no Núcleo Maiadinha. [s. l.], 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/49597>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- BRASIL. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm
- CALDART, R. S.. Trabalho, Agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. *In*: CALDART, Roseli Salete (org.). **Caminhos para a transformação da escola: trabalho, Agroecologia e estudo nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 115–160.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 25–75, 2020.
- CAPORAL, F. R. (Org); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília. 2009. 111p.
- FONSECA, E. R. *et al.* As folhas sagradas de ossaim: Agroecologia quilombola no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3042>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- GUHUR, D.; SILVA, N. R. Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de Agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 59–72. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52824>. Acesso em: 13 nov. 2024.

KARNOPP, E.; QUADROS, A.; CADONÁ, M. A. Agroecologia e Identidade Quilombola: A Agroecologia Na Construção da Identidade Sociocultural da Comunidade Quilombola de Rincão Dos Negros ? Rio Pardo/Rs. **Ágora ? Revista de História e Geografia**, v. 25, n. 1, p. 128–154, 2023.

PAULA, N. F.; BEZERRA, I.; PAULA, N. M. Saúde coletiva e Agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 262–276, 2022.

STROPARO, T. R. TERRITÓRIO, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: SIGNIFICAÇÕES E REPERCUSSÕES SOB A ÉGIDE DECOLONIAL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 39, p. 462–472, 2023.

TOLEDO, V. M. **Povos/Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade**. In: Levin, S. El Al., (eds.) *Encyclopedia Of Biodiversity*. Academic Press, 2001. Tradução: Antônio Diegues. Instituto de Ecologia UNAM, México, 2001.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático – DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura Familiar, 2010.

Documento Digitalizado Público

TCC final Mayza Araújo Guedelha

Assunto: TCC final Mayza Araújo Guedelha
Assinado por: Edimilson Caldas
Tipo do Documento: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Edimilson de Sousa Caldas**, ASSISTENTE DE ALUNO, em 27/02/2025 10:23:04.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 683009

Código de Autenticação: ccc2b43ff4

